

RELATÓRIO DE GESTÃO

2021





A gerência da empresa **CREDIMÉDIA – Corretores de Seguros, Lda.** em cumprimento das disposições legais e estatutárias apresenta e submete à apreciação da Assembleia-Geral, o Relatório de Gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

Estes documentos dão conhecimento da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, bem como dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Os dados contabilísticos apresentados, respeitantes às demonstrações financeiras da empresa, devem ser interpretadas à luz das normas contabilísticas de relato financeiro aplicável as pequenas-entidades. (NCRF-PE).

A EMPRESA

Missão da Empresa

A missão principal da empresa é a de corresponder às exigências do mercado e dos seus clientes, através de um modelo de negócio sustentado, recursos qualificados e motivados, geradores de valor económico, social e ambiental, de modo a proporcionar um retorno atrativo aos gerentes.

Também ao nível dos valores incorpora e exterioriza, na sua atitude perante o mercado do ensino e cuidados continuados a:

- Eficácia e Eficiência da gestão;
- Integridade e Ética;
- Conduta socialmente responsável;
- Respeito pelo ambiente.

1. Enquadramento Macroeconómico e Microeconómico

A actividade seguradora em Portugal vive um bom momento. Este sector encontra-se em franco crescimento e demonstra ter um papel fundamental na economia nacional. O período da crise foi suplantado pela retoma da economia e os seguros mostram quão importantes foram, são e serão na estabilidade económica do país. Porém, o bom trabalho que tem sido feito não pode abrandar e há que estar atento e continuar a seguir as tendências mundiais do sector. Copiar os bons modelos. Seja na aposta na digitalização, na resposta a dar às alterações climáticas ou ao envelhecimento da população em certas zonas do globo, e não só. Mas vamos por partes.

2. Situação Económica do Ramo

A produção de seguro direto, relativa à atividade em Portugal das empresas de seguros sob a supervisão da ASF apresentou, em termos globais, uma diminuição de 18,5% face a 2019.

Os ramos Não Vida apresentaram um crescimento de 3,1% enquanto o ramo Vida registou um decréscimo de 34,6%.

No mesmo período, os custos com sinistros verificaram um aumento de 15,9%, em resultado do acréscimo de 26,4% no ramo Vida.

Em dezembro de 2020, o valor das carteiras de investimento das empresas de seguros totalizou 51,4 mil milhões de euros, um decréscimo de 3,9% face ao final do ano anterior. Na mesma data o volume de provisões técnicas foi de 44 mil milhões de euros.

Os rácios de cobertura do Requisito de Capital de Solvência (SCR) e do Requisito de Capital Mínimo (MCR), em dezembro de 2020, situaram-se em 180% e 534%, refletindo variações de mais dois e 39 pontos percentuais face ao final de 2019, respetivamente.

Tendências do sector a nível internacional

É inevitável, a tecnologia está a revolucionar o mercado e, com isso, também o nosso comportamento enquanto consumidores. Com o surgimento de inovações, **o setor segurador tem feito esforços para estar a par das tendências a nível global.**

Mas estará Portugal a acompanhar as tendências europeias? O ECO contactou a Autoridade de Seguros e Pensões Europeia (denominada pela sigla inglesa EIOPA) para perceber **qual tem sido o caminho da indústria a nível global**, e no velho continente. Os responsáveis da EIOPA remeteram para um estudo realizado pelo comité das autoridades de supervisão europeias, *The Joint Committee of the European Supervisory Authorities*, que destaca a **digitalização** e a **customização** como **as grandes tendências**, e que estas serão possíveis através — entre outras tecnologias —, do *Big Data Analytics*. Segundo o estudo, esta tecnologia oferece **diversos benefícios**, tanto para a indústria como para os consumidores, tornando possível a criação de produtos customizados, prevenir situações de fraude e também melhorar a gestão das seguradoras, tornando-a mais eficiente.

Um outro relatório também enviado para o ECO pela EIOPA confirma a presença cada vez maior da tecnologia na cadeia de valor dos seguros, com maior enfoque nos canais de distribuição, o que **tem obrigado muitas seguradoras bem estabelecidas no mercado a inovar e a criar parcerias com grandes companhias tecnológicas e InsurTech**, com o objetivo de se tornarem mais competitivas e, graças a isso, fidelizarem os clientes.

Caminha-se cada vez mais para a **incorporação da tecnologia nos produtos tradicionais** como, por exemplo, usar a telemática na saúde, automóveis e ainda nos seguros à habitação. “Há uma tendência para seguros temporários e *pay-per-use* que oferecem preços mais baixos e maior transparência do produto para o consumidor final, bem como seguros com base em aparelhos telemáticos para casa que permitem um controlo em tempo real e através de aplicação de telemóvel”, adiantou Cristina Gamito, *Partner, Insurance Leader* da Deloitte Portugal.

Questionada pelo ECO sobre as tendências para o setor segurador, a associação de seguradoras europeia, Insurance Europe, remeteu para um estudo recente que aborda a importância dos dados (data) para esta indústria e o grande valor que poderão ter para a criação de novos produtos personalizados para o cliente, como por exemplo, o seguro automóvel. Com a revolução tecnológica e com a possibilidade de, muito em breve, os próprios automóveis poderem ser autónomos, isso irá obrigar a uma reestruturação não apenas do seguro em si, mas também das leis associadas a um acidente rodoviário.

3. Evolução da Atividade

Para uma melhor análise apresenta-se de seguida, agregadas de modo conveniente, as seguintes componentes de formação dos resultados para o exercício findo e para o exercício imediatamente anterior:

3.1 Estrutura de Rendimentos

Rubricas	2021	2020	Variação
			(%)
Vendas	0,00	0,00	
Prestação de Serviços	964.162,04	879.903,07	9,58%
Outros Rendimentos e Ganhos	2.857,83	9.947,84	-71,27%
Juros, dividendos e outros rendimentos	0,00	0,00	
	967.019,87	889.850,91	8,67%

Tabela 1: Evolução dos Rendimentos

Em 2021 assistiu-se a um crescimento do volume de negócios, serviços prestados (comissões de Seguros, conforme se demonstra no quadro acima.

Em juros, dividendos e outros rendimentos reconheceu-se os títulos da “Lusitânia Vida” no montante de 45.000,00€.

3.2 Estrutura de Gastos

Rubricas	2021	2020	Variação
			(%)
Fornecimentos e serviços externos	255.703,95	229.385,78	11,47%
Gastos com o pessoal	426.442,43	383.368,43	11,24%
Outros gastos e perdas	27.089,29	19.631,57	37,99%
Outros gastos e perdas de financiamentos	70,95	0,00	
Gastos de depreciação e de amortizações	24.669,96	26.565,22	-7,13%
	733.976,58	658.951,00	11,39%

Tabela 2: Evolução dos Gastos

A par do aumento do volume de negócios verificou-se também um aumento nos FSE, acompanhando a evolução da atividade desenvolvida. Ao nível dos FSE realce para o impacto dos gastos de comissões (112.439,76€) no total desta rubrica.

Também os gastos com pessoal sofreram um ligeiro aumento devido à necessidade de adquirir Operacionais de Seguros para gestão de carteiras de clientes.

Relativamente aos ativos fixos tangíveis registaram-se investimentos na aquisição de alguns equipamentos administrativos, que totalizaram 3.681,82 Euros e aquisição de diversos equipamentos, totalizando um valor de 2.528,88 Euros e venda de uma viatura ligeira de mercadorias pelo valor de 4.750 Euros. Verifica-se um decréscimo nos gastos com depreciações relativamente ao ano anterior.

3.3 Estrutura dos Resultados

Em função do exposto o resultado da atividade operacional foi positivo cifrando-se em 235.816,32 euros.

A conjugação das componentes anteriormente referidas teve por consequência a obtenção de um resultado positivo antes de impostos de 235.745,37 Euros e, considerando a função do imposto, o **Resultado Líquido do Exercício de 2021** ascendeu a **175.327,92** Euros positivos.

Rubricas	2021	2020	Variação
			(%)
Resultado antes depreciações, gastos de finan	260.486,28	262.475,29	-0,92%
Resultado Operacional	235.816,32	235.910,07	-0,04%
Resultado Antes de Impostos	235.745,37	235.910,07	-0,07%
IRC Estimado	60.417,45	59.014,50	2,38%
Resultado Líquido do Período	175.327,92	176.895,57	-0,89%

Tabela 3: Evolução do Resultado Líquido do Período

O sector segurador não tem sido dos mais afetados pela instabilidade dos mercados e da economia. Essa realidade reflete-se de igual forma nos resultados da empresa permitindo que os mesmos se mantenham equilibrados.

Em relação ao ano em análise verificam-se resultados satisfatórios e animadores, para o futuro, a empresa no Plano de Atividades proposto para 2021 já orçamentado, traduz a continuação da política definida pela gestão em curso, e corresponde totalmente aos compromissos assumidos, seja quanto à sua continuação, seja quanto ao seu desenvolvimento, prevendo-se em 2022 a consolidação do novo estatuto atingido em 09 de Setembro 2017, o de Corretores de Seguros.

4. Análise Económica e Financeira

4.1 Dívidas de Clientes/ Dívidas a Fornecedores

Não existem dívidas de Clientes e os fornecedores apresentaram o seguinte saldo:

Rubrica	2021	2020
Clientes		
Fornecedores	2.532,65	2.972,28

Tabela 4: Evolução das dívidas de clientes e fornecedores

Analisando a tabela acima descrita, constata-se que tanto as dívidas de clientes como as dívidas aos fornecedores não tiveram um aumento considerável quando comparadas com o ano anterior, o que se mostra razoável face ao acréscimo do volume de negócios.

4.2 Disponibilidades, financiamentos e remunerações a pagar

As disponibilidades da empresa, especificamente o saldo em caixa e em depósitos à ordem, alcançaram no fim do ano o seguinte o valor:

Rubrica	2021	2020
Caixa	537,95	418,68
Depositos á Ordem	421.783,45	214.200,55
Depositos a Prazo	0,00	80.000,00
Ativos Financeiros	45.000,00	45.000,00
Totais	467.321,40	339.619,23

4.3 Rácios Económicos/ Financeiros

Os rácios financeiros permitem-nos concluir acerca da capacidade da empresa para honrar os seus compromissos e ajudam à compreensão da informação disponibilizada.

Rubrica	2021	2020
Rácios Económicos		
Rentabilidade das Vendas (Comissões)	18,08%	20,00%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	22,86%	47,00%
Rácios Financeiros		
Liquidez Geral	5,18	3,51
Autonomia Financeira	88,29%	85,00%

Tabela 5: Rácios Económicos/Financeiros

4.3.1. Rendibilidade das Vendas

A rendibilidade das vendas mede a percentagem das vendas que resta depois de cobertos todos os custos de exploração.

4.3.2. Rendibilidade dos Capitais Próprios

A rendibilidade dos Capitais Próprios regista o resultado líquido do período a dividir pelo Capital Próprio pelo que este período face ao ano anterior se manteve, refletindo desta forma existência de retorno para os sócios dos capitais investidos.

4.3.3 Autonomia Financeira

Como o rácio de autonomia financeira expressa a participação do capital próprio no financiamento da empresa, verifica-se que a dependência de capitais alheios sofreu uma ligeira variação nos dois anos.

Os indicadores económicos situam-se acima do limiar de aceitação, o que revela uma estabilidade financeira e de tesouraria da empresa.

5. Factos Relevantes Ocorridos após o termo do exercício

Posteriormente a 31 de Dezembro de 2021 e até à data do presente relatório, não ocorreram outros factos relevantes que venham a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da Credimédia –Corretores de Seguros, Lda, mesmo com o COVID-19, espera-se que os resultados se mantenham ou até mesmo aumentem, pelo que foram adotadas medidas de segurança nos nossos escritórios de acordo com a orientação da DGS, além do respeito pelas regras de etiqueta respiratória e medidas sanitárias, os estabelecimentos de atendimento aos clientes elaboraram o seu plano de contingência para

COVID-19, segundo a orientação 006/2020 da DGS, e pôr em marcha medidas que assegurem a distância entre pessoas nas instalações. Entre as medidas sugeridas estão a redução para 1/3 da capacidade dos locais destinados à espera dos utilizadores, a garantia de que o atendimento em balcão se faz, pelo menos, a um metro de distância, e a implementação de sinalização, através de marcas e sinalética no chão. No que diz respeito às regras de limpeza e higienização, a desinfeção de, pelo menos uma vez por dia, de todas as zonas

6. Evolução Previsível da Atividade

No primeiro trimestre de 2021, a produção global de seguro direto relativa à atividade em Portugal aumentou cerca de 5,4% face ao trimestre homólogo de 2020. Esta evolução reflete um crescimento de 9,4% no ramo Vida e 2,4% nos ramos Não Vida.

No mesmo período, os custos com sinistros verificaram um aumento de 20,4%, em resultado do acréscimo de 32,5% no ramo Vida.

Em março de 2021, o valor das carteiras de investimento das empresas de seguros sob supervisão prudencial da ASF totalizou 50,6 mil milhões de euros, representando um decréscimo de 1,5% face ao final do ano anterior. No mesmo período, as provisões técnicas, cujo valor foi de 42,7 mil milhões de euros, apresentaram um decréscimo de 3%.

O rácio de cobertura do Requisito de Capital de Solvência (SCR) – medida do montante de fundos próprios necessários para a absorção das perdas resultantes de um evento de elevada adversidade (VaR 99,5%, um ano) e que resulta da agregação das cargas de capital relativas aos vários riscos a que as empresas de seguros se encontram expostas – foi de 192% refletindo um decréscimo de um ponto percentual face ao final de 2020.

No mesmo período, o rácio de cobertura do Requisito de Capital Mínimo (MCR) – nível mínimo de fundos próprios abaixo do qual se considera que os tomadores de seguros, segurados e beneficiários ficam expostos a um grau de risco inaceitável – foi de 565%, refletindo um aumento de 27 pontos percentuais, face ao final do ano anterior.

7. Dívidas à Administração Fiscal e Segurança Social

Nos termos e para efeitos do disposto no art. 2^o do Decreto —Lei n. 2 534/80, de 7 de Novembro e art. 21^o do Decreto-Lei n. 2 411/91 de 17 de Outubro declara-se que a empresa não têm dívidas em mora ao estado, resultantes de liquidação de impostos, nem de contribuições para a Segurança Social, sempre cumprindo os prazos estipulados na Lei.

8. Proposta de Aplicação de Resultados

A empresa tendo em conta as presentes Demonstrações Financeiras, nos termos do disposto na alínea f) do art. 66 2 do Código das Sociedades Comerciais, propõe que o resultado líquido Positivo de 175.327,92 euros obtido pela sociedade no exercício que terminou em 31 de Dezembro de 2021, pretende distribuir resultados no valor de 87.500 Euros, resultando um valor de 63.437,50 Euros para a sócia Isabel Quitério e 24.062,50 Euros para o sócio José Canas, propondo que o restante valor seja transferido para as Reservas Livres, totalizando um valor de 87.827,92 Euros.

9. Impactos económicos financeiros do COVID-19


Face à situação que seria expectável sem pandemia, 77% das empresas continuaram a reportar um impacto negativo no volume de negócios. Ao contrário a Credimédia prevê uma evolução do volume de negócios durante o ano 2022. Neste período, enquanto a alteração das medidas de contenção foi o motivo mais citado pela empresa de manter os seus trabalhadores, optando por mante-los em teletrabalho, que reportaram aumentos.

AGRADECIMENTOS

Aproveitando a oportunidade a Gerência agradece a colaboração prestada por todos quanto de algum modo contribuíram para o desempenho da actividade da empresa, nomeadamente, Clientes, Fornecedores, Instituições Bancárias e demais Entidades.

Figueira da Foz, 30 de Março de 2022

A Gerência:



Isabel Maria Ramos Ribeiro
Foz da Costa Cesar


Balanço em 31 de dezembro de 2021

(em euros)

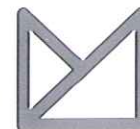
Rubrica	Notas	2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	340.044,56	358.503,82
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		1.139,93	410,00
Créditos e outros ativos não correntes			
Total ativo não corrente		341.184,49	358.913,82
Ativo corrente			
Inventários			
Clientes			
Estado e outros entes públicos			
Capital subscrito e não realizado			
Outras créditos a receber	28	53.811,42	36.551,18
Diferimentos	28	6.743,14	5.159,67
Outros ativos correntes	4	45.000,00	45.000,00
Caixa e depósitos bancários	4	422.321,40	294.619,23
Total ativo corrente		527.875,96	381.330,08
Total ativo		869.060,45	740.243,90
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	28	100.000,00	100.000,00
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais		35.355,71	35.355,71
Outras reservas		456.382,68	319.487,11
Resultados transitados			
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período		175.327,92	176.895,57
Dividendos antecipados			
Total capital próprio		767.066,31	631.738,39
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar	28		
Total passivo não corrente		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		2.532,65	2.972,28
Estado e outros entes públicos	26	27.415,96	41.090,76
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outros passivos correntes	28	72.045,53	64.442,47
Total passivo corrente		101.994,14	108.505,51
Total passivo		101.994,14	108.505,51
Total capital próprio e passivo		869.060,45	740.243,90

A Gerência

O Contabilista Certificado, nº 2219


 Isabel Maria Ramalho Quinteiro
 José da Costa Azevedo





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **CREDIMEDIA – Corretores de Seguros, Lda** (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31/12/2021 (que evidencia um total de 869.060,45 euros e um total de capital próprio de 767.066,31 euros, incluindo um resultado líquido de 175.327,92 euros), a Demonstração dos Resultados por naturezas relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às Demonstrações Financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **CREDIMEDIA – Corretores de Seguros, Lda** em 31/12/2021 e o seu desempenho financeiro relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

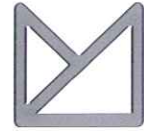
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



Handwritten signature or mark in blue ink.

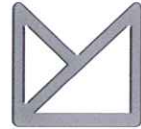
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar



- continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Pinto Castanheira & Miguel Castanheira, SROC, Lda

Representada por

Miguel António Fareleiro Castanheira (ROC 1317 registado na CMVM com nº 20160927)



ANEXO 2021

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados do Exercício de 2021**Credimédia - Corretores de Seguros, Lda contribuinte fiscal nº 502451238****1 - Identificação da entidade:**

A Credimédia – Corretores de Seguros, Lda é uma Sociedade por quotas, constituída em 19-10-1990, tem sede no Largo do Carvão, nº 4, 1º Dt.º no lugar de Figueira da Foz, freguesia de Buarcos Concelho de Figueira da Foz, exercendo a actividade de Mediação de Seguros, com o CAE 66220 Rev.3, com o número de identificação fiscal 502 451 238. Está matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Figueira da Foz com o número 502451238, com um capital social de 100.000,00 euros. A empresa é detida por sócios individuais, não sendo participada por qualquer sociedade mãe. Durante o ano de 2021 a empresa teve ao seu serviço, em média 18 funcionários a tempo completo e remunerados.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Regime Normalização Contabilística Relato Financeiro PE aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho de 2009.

2.2 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras de 2021 são comparáveis em todos os seus aspetos significativos com os de 2020.

3 - Principais políticas contabilísticas**3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo o princípio do custo histórico.

3.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes**a) Moeda funcional e de apresentação:**

As demonstrações financeiras da Credimédia - Corretores de Seguros, Lda, são apresentadas em euros. O euro é a moeda de apresentação e todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data de transação e as vigentes na data de recebimento, nos pagamentos ou data do balanço, são reconhecidas na demonstração de resultados, nas rubricas de Juros e rendimentos ou gastos similares em Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas, para todos os outros saldos ou transações.

b) Ativos fixos tangíveis:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

c) Ativos intangíveis:

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros e quando sejam facilmente quantificáveis. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

d) Propriedades de investimento

Nada a referir.

e) Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o FIFO como critério de movimentação/método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização. Não existem produtos e trabalhos em curso, dado que a empresa é prestadora de serviços.

f) Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre os primeiros 25000 euros de matéria coletável e de 21% sobre a restante matéria coletável.

Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama Municipal, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% e a Derrama Estadual que incide sobre o lucro tributável superior a 1.500.000,00 euros e cuja taxa é de 3%, bem como a tributação autónoma sobre determinados encargos e as taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2001, inclusive, e cinco anos a partir de 2002), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Assim, as declarações fiscais dos anos de 2017 a 2021 poderão vir a ser sujeitas a revisão, da qual poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, correções da matéria coletável dos diferentes impostos.

A Empresa procederá ao registo ativos por impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

g) Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem e a prazo em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com cotação, estando por isso valorizados pelo justo valor, com variações anuais em resultados.

i) Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

j) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

k) Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto do período a que se refere, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

l) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação. A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

m) Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

3.3 - Juízos de valor

Diz respeito a juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Nada a referir.

3.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro

Diz respeito a pressupostos envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte.

Nada a comentar.

3.5 - Principais fontes de incerteza das estimativas

Diz respeito a estimativas envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte.

Nada a referir.

4 - Fluxos de caixa

4.1 - Comentário sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	2020	2021
Caixa	418,68	537,95
Depósitos à ordem	214.200,55	421.783,45
Outros depósitos bancários	80.000,00	0,00
Outros títulos	45.000,00	45.000,00
Soma	339.619,23	467.321,40

O valor de 45.000,00 Euros representa títulos da "Lusitânia Vida"

5 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1 - Aplicação inicial da disposição de uma NCRF com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros

Nada a referir.

5.2 - Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros.

Nada a referir.

5.3 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos

Nada a referir.

5.4 - Erros materiais de períodos anteriores

Nada a referir.

6 - Partes relacionadas

6.1 - Relacionamento com empresas-mãe

Nada a referir.

6.2 - Remunerações do pessoal

Tipo de Remuneração	2020	2021
Remunerações dos órgãos sociais	86.403,56	84.897,56
Remunerações do Pessoal	228.289,08	268.485,13
Soma	314.692,64	353.382,69

6.3 - Transações entre partes relacionadas

Nada a referir.

7 - Ativos intangíveis

7.1 Ativos Intangíveis

Nos dois últimos exercícios o movimento ocorrido nos "Ativos Intangíveis", bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade, foi conforme segue:

Rubricas	31 de Dezembro de 2021							
	Saldo Inicial	Aquisições Dotações	Alienações	Transferência Abates e Desreconhec.	Depreciações Acumuladas	Depreciações Exercício	Revalorizaç.	Saldo Final
Goodwill	0,00				0,00	0,00		0,00
Projetos Desenv.	0,00				0,00	0,00		0,00
Programas	0,00				0,00	0,00		0,00
Propriedade Indust.	0,00				0,00	0,00		0,00
Outros Ativos Intang.	0,00				0,00	0,00		0,00
Soma	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7.2 Gastos de pesquisa e desenvolvimento

Continua-se a aplicar fundos na atualização e retificação de processos de implementação da "sublimação" que exigiu uma aprofundada atualização de conhecimentos e formas de fazer que tiveram originariamente a colaboração do pessoal já existente. No entanto, a sua quantificação é quase impossível.

8 - Ativos fixos tangíveis

8.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

a) Bases de mensuração usados para determinarem a quantia escriturada bruta

Os valores são contabilizados pelo custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, conforme descrito na nota 3 b).

b) Métodos de depreciação usados e vidas úteis

Os bens são depreciados em função das respetivas vidas uteis estimadas. As depreciações foram calculadas pelo método das taxas constantes.

A Gerência acredita que as taxas máximas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 1 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, representam satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período e adições, revalorizações, alienações e outros movimentos

Os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2020 e de 2021 foram os seguintes:

Rubricas	31 de Dezembro de 2021							
	Saldo Inicial	Aquisições Dotações	Alienações	Transferência Abates e Desreconhec.	Depreciações Acumuladas	Depreciações Exercício	Revalorizaç.	Saldo Final
Terrenos Rec. Natur.	78.607,33				0,00	0,00		78.607,33
Edific. e Construções	259.060,92				32.277,38	5.181,12		226.783,54
Equip. Básico	0,00				0,00	0,00		0,00
Equip. Transporte	153.205,02		4.750,00		123.241,22	15.763,80		25.213,80
Equip. Administrat.	51.385,23	3.681,82			48.294,66	3.017,10		6.772,39
Ativos Biológicos	0,00				0,00	0,00		0,00
Outros Ativos FT	5.814,88	2.528,88			5.676,26	707,94		2.667,50
Investim. em curso	0,00				0,00	0,00		0,00
Soma	548.073,38	6.210,70	0,00	0,00	209.489,52	24.669,96	0,00	340.044,56

9 - Ativos não correntes detidas para venda e unidades operacionais descontinuadas

Nada a referir.

10 - Locações

Nada a referir.

11 - Custos de empréstimos obtidos

Nada a referir.

12 - Propriedades de investimento

Nada a referir.

13 - Imparidade de ativos:

13.1 - Para cada classe de ativos:

a) Quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período (com indicação das linhas de itens da demonstração dos resultados em que essas perdas por imparidade estão incluídas)

As perdas por imparidade dizem apenas respeito a Clientes e evoluíram como segue:

Perdas por imparidade em Clientes		
Descrição	2020	2021
Saldo Inicial	0,00	0,00
Aumentos	0,00	0,00
Reversões	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	0,00

b) Quantia de reversões de perdas por imparidade reconhecida nos resultados durante o período (com indicação das linhas de itens da demonstração dos resultados em que essas perdas por imparidade estão revertidas)

Nada a referir.

c) Quantia de perdas por imparidade em ativos revalorizados reconhecidas diretamente no capital próprio durante o período

Nada a referir.

d) Quantia de reversões de perdas por imparidade em ativos revalorizados reconhecidas diretamente no capital próprio durante o período

Nada a referir.

13.2 - Por cada perda material por imparidade reconhecida ou revertida durante o período para um ativo individual (incluindo goodwill), ou para uma unidade geradora de caixa

Nada a referir.

13.3 - Perdas por imparidade agregadas e reversões agregadas de perdas por imparidade reconhecidas durante o período

a) Principais classes de ativos afetadas por perdas por imparidade e por reversões de perdas por imparidade

Nada a referir.

b) Principais acontecimentos e que levaram ao reconhecimento das perdas por imparidade e reversões

Nada a referir.

13.4 - Parcela do goodwill adquirido numa concentração de atividades empresariais durante o período que não foi imputada a uma unidade geradora de caixa (grupo de unidades) à data de relato

Nada a referir.

13.5 - Processo subjacente às estimativas usadas para mensurar as quantias recuperáveis de unidades geradoras de caixa que contêm goodwill ou ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas.

Nada a referir.

14 - Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas:

Nada a referir.

15 - Concentrações de atividades empresariais

Nada a referir.

16 - Investimentos em Subsidiárias e Consolidação

Nada a referir.

17 - Exploração e avaliação de recursos minerais

Nada a referir.

18 - Agricultura

Nada a referir.

19 - Inventários

19.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada. Ver nota 3.2

19.2 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.

Rubrica do Inventário	2020			2021		
	Quantias Brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias Brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsi. e de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperd., resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

19.3 - Quantia de inventários escriturada pelo justo valor menos os custos de vender (no caso de corretores/negociantes).

Nada a referir.

19.4 - Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Rubrica	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsid. e de Consumo
Existências iniciais	0,00	0,00
Compras	0,00	0,00
Regularização de existências	0,00	0,00
Existências finais	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	0,00

19.5 - Quantia de ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período.

Nada a referir.

19.6 - Quantia de reversão de ajustamento reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período.

Nada a referir.

19.7 - Circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários.

Nada a referir.

19.8 - Quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivos.

Nada a referir.

20 - Contratos de construção

Nada a referir.

21 - Rédito

21.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

Conforme descrito na nota 3.1. m)

21.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Rubrica	2020	2021
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços	879.903,07	964.162,04
Volume de Negócios	879.903,07	964.162,04
Variação nos Inventários Produção	0,00	0,00
Trabalhos para a Própria empresa	0,00	0,00
Subsídios à Exploração	5.010,16	2.702,08
Reversões	0,00	0,00
Ganhos por Aumento Justo Valor	0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	9.500,73	2.512,16
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos	447,11	345,67
Soma	894.861,07	969.721,95

22 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Nada a referir.

23 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

Foram recebidos subsídios do IEF no valor de 2.147,58 Euros, no âmbito do projeto CONVERTE + e 554,50 Euros da Segurança Social relativos à devolução de montantes de contribuições referentes a "Apoio aos progenitores para acompanhamento dos filhos – COVID-19".

24 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Nada a referir.

25 - Acontecimentos após a data do balanço

25.1 - Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Gerência em 30/03/2022.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

As demonstrações financeiras serão sujeitas a aprovação em Assembleia-geral a ter lugar no dia 31/03/2022.

25.2 - Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Não são conhecidos quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras, quer com efeito de ajustamento quer de divulgação, para além do tema da pandemia provocada em inícios de 2020 pelo novo coronavírus. Como referido no Relatório de Gestão, apesar da incerteza quanto aos reais efeitos da mesma na nossa atividade, consideramo-nos preparados para enfrentar o desafio. Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

25.3 - Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Nada a referir.

26 – Estado e outros entes públicos e Impostos sobre o rendimento

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2021 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Rubrica	2020	2021
Ativo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Segurança Social	0,00	0,00
Outras taxas e impostos	0,00	0,00
Soma	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC)	29.013,72	13.822,03
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	4.056,34	4.946,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Segurança Social	8.020,70	8.584,77
Outras taxas e impostos	0,00	63,17
Soma	41.090,76	27.415,96
Saldo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC)	-29.013,72	-13.822,03
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-4.056,34	-4.946,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Segurança Social	-8.020,70	-8.584,77
Outras taxas e impostos	0,00	-63,17
Soma	-41.090,76	-27.415,96

26.1 - Divulgação separada dos principais componentes de gasto (rendimento) de imposto

Rubrica	2020	2021	
Imposto Corrente	59.014,50	60.417,45	
Imposto Diferido	0,00	0,00	
Soma	59.014,50	60.417,45	

26.2 - Imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio

Nada a referir.

26.3 - Relacionamento entre Rendimentos, Impostos e Lucro Contabilístico

Rubricas	2020	2021
Resultado Antes de Impostos	235.015,85	235.745,37
A Acrescer	12.856,29	8.069,11
A Decrescer	10.347,50	2.308,04
Resultados para Efeitos Fiscais	238.418,86	241.506,44
Prejuízos Fiscais Dedutíveis	0,00	0,00
Outros Prejuízos Autorizados	0,00	0,00
Benefícios fiscais	0,00	0,00
Matéria Coletável	238.418,86	241.506,44
Imposto na Matéria dos Primeiros 25.000	4.250,00	4.250,00
Imposto na Matéria remanescente	44.817,96	45.466,35
Outros Impostos	0,00	0,00
Coleta Total	0,00	49.716,35
Pagamento Especial Por Conta	0,00	0,00
Outras Deduções	0,00	0,00
IRC Liquidado	0,00	49.716,35
Retenções na Fonte	111,78	86,42
Pagamentos Por Conta	29.889,00	46.509,00
Pagamentos Adicionais Por Conta	0,00	0,00
Lucro Tributável	0,00	241.506,44
Derrama	3.576,28	3.622,60
Dupla Tributação Juridica Intern.	0,00	0,00
Tributações Autónomas	6.370,26	7.078,49
Outras	0,00	0,00
IRC Liquidado	29.013,72	13.822,03
Estimativa de IRC	59.014,50	60.417,45
Apuramento de IRC	59.014,50	60.417,45
Resultado Líquido do Exercício	176.895,57	175.327,92

26.4 - Explicação de alterações na taxa (s) de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior

Nada a referir.

26.5 - Outras informações relacionadas

Nada a referir.

26.6 - Quantia agregada de diferenças temporárias associadas com investimentos em subsidiárias, sucursais e associadas e interesses em empreendimentos conjuntos, relativamente aos quais não foram reconhecidos passivos por impostos diferidos.

Nada a referir.

26.7 - Por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados:

a) Quantia de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado;

Nada a referir.

b) Quantia de rendimentos ou gastos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração dos resultados (se tal não for evidente das alterações das quantias reconhecidas no balanço).

Nada a referir.

26.8 - Operações descontinuadas. Gasto de impostos relacionado com:

Nada a referir.

26.9 - Quantia de um ativo por impostos diferidos e natureza das provas que suportam o seu reconhecimento (apenas quando a utilização do ativo por impostos diferidos for dependente de lucros tributáveis futuros em excesso dos lucros provenientes da reversão de diferenças temporárias tributáveis existentes; e tenha sido sofrido um prejuízo quer no período corrente quer no período precedente na jurisdição fiscal com que se relaciona o ativo por impostos diferidos)

Nada a referir.

26.10 - Natureza das potenciais consequências do imposto sobre rendimento que resultariam do pagamento de dividendos aos acionistas.

Nada a referir.

26.11 - Quantias das potenciais consequências do imposto sobre rendimento praticamente determináveis e existência ou não de quaisquer potenciais consequências no imposto de rendimento não praticamente determináveis.

Nada a referir.

27 - Matérias ambientais

Nada a referir.

28 - Instrumentos financeiros

Políticas contabilísticas:

28.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Todas as contas a receber e a pagar, correntes e não correntes, foram mensuradas ao custo, pelo facto de não terem maturidade definida, nos termos do ponto 13 da NCRF 27.

Decompõem-se como segue os ativos e passivos financeiros:

Descrição	2020	2021
Ativos		
Outros ativos financeiros - Fundo Compensação Trabalho (FCT)	410,00	1.139,93
Outros ativos financeiros - IF em curso	0,00	0,00
Soma	410,00	1.139,93
Obrigações e Outros	0,00	0,00
Caixa e equivalentes	294.619,23	422.321,40
Cientes de:	0,00	0,00
Conta Corrente	0,00	0,00
Títulos a receber	0,00	0,00
Cobrança duvidosa	0,00	0,00
Perdas Imparidade	0,00	0,00
Soma	294.619,23	422.321,40
Adiantamento a fornecedores	0,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	0,00	0,00
Outras contas a receber de:	0,00	0,00
Conta Corrente	36.551,18	53.811,42
Cobrança duvidosa	0,00	0,00
Perdas Imparidade	0,00	0,00
Soma	36.551,18	53.811,42
Diferimentos de:	0,00	0,00
Seguros	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Outros	5.159,67	6.743,14
Soma	5.159,67	6.743,14
Total valores Ativo	336.740,08	484.015,89
Passivos		
Fornecedores de:	0,00	0,00
Conta Corrente	2.972,28	2.532,65
Títulos a pagar	0,00	0,00
Soma	2.972,28	2.532,65
Financiamentos obtidos de:	0,00	0,00
Empréstimos bancários	0,00	0,00
Locações financeiras	0,00	0,00
Desconto títulos		
Soma	0,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	41.090,76	27.415,96
Sócios	0,00	0,00
Outras contas a pagar de:	0,00	0,00

Fornecedores de investimentos	0,00	0,00
Remunerações a liquidar	0,00	0,00
Pessoal	0,00	0,00
Outros	64.442,47	72.045,53
Soma	105.533,23	99.461,49
Diferimentos	0,00	0,00
Total valores Passivo	108.505,51	101.994,14

28.2 - Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

- a) Ativos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados;
- b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade;
- b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade;
- c) Instrumentos de capital próprio mensurado ao custo;
- d) Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade;
- e) Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados;
- f) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- g) Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente:
 - i) a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo ou custo amortizado
 - ii) a imparidade acumulada

Nada a referir.

28.3 - Bases de determinação do justo valor (e. g. cotação de mercado, quando ele existe, ou a técnica de avaliação) para todos os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao justo valor.

28.4 - Situações em que a mensuração fiável do justo valor deixou de estar disponível para um instrumento de capital próprio mensurado ao justo valor por contrapartida em resultados.

Nada a referir.

28.5 - Ativos financeiros transferidos para uma outra entidade em transações que não se qualificaram para desconhecimento. Divulgação, para cada classe de tais ativos financeiros:

- a) Natureza dos ativos;
- b) Natureza dos riscos e benefícios de detenção a que se continua exposto;
- c) Quantias escrituradas dos ativos e de quaisquer passivos associados que se continuam a reconhecer.

Nada a referir.

28.6 - Ativos dados em garantia ou penhor, como colateral de passivos ou passivos contingentes:

Nada a referir.

28.7 - Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço.

Nada a referir.

28.8 - Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo além dos referidos no parágrafo anterior (divulgar a informação exigida no parágrafo anterior, se tais incumprimentos permitem ao credor exigir pagamento acelerado, a menos que os incumprimentos tenham sido sanados, ou os termos do compromisso renegociados, até à data do balanço).

Nada a referir.

28.9 - Ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas de:

- a) Ativos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados;
- b) Passivos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados;
- c) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade;
- d) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Nada a referir.

28.10 - Total de rendimento de juros e total de gasto de juros (calculado utilizando o método da taxa de juro efetiva) para ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

28.11 - Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de ativos financeiros.

Nada a referir.

28.12 - Contabilidade da cobertura:

Nada a referir.

28.15 - Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

Nada a referir.

28.16 - Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal.

O capital social de 100000 euros, está representado por N^o Quotas = 2 quotas: Uma de valor nominal de 72500, pertencente a Isabel Maria Ramos Quitério, outra de valor nominal de 27500, pertencente a José da Costa Canas.

28.17 - Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no início e no fim do período.

Nada a referir.

28.18 - Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão.

Nada a referir.

28.19 - Quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitidos e a respetiva quantia acumulada à data do balanço.

Nada a referir.

28.20 - Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade: termos significativos e condições que afetam a quantia, o momento e segurança de fluxos de caixa futuros, incluindo risco de juro, risco de taxa de câmbio e risco de crédito.

Nada a referir.

29 – Gastos com Pessoal e Benefícios dos empregados:

Foi a seguinte a repartição e evolução desta conta:

Tipo de Remuneração	2020	2021
Remunerações dos órgãos sociais	86.403,56	84.897,56
Remunerações do Pessoal	228.289,08	268.485,13
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre Remunerações	66.201,14	71.359,18
Seguros Acidente Trabalho e Doenças Profissionais	1.649,35	1.668,06
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	825,30	32,50
Soma	383.368,43	426.442,43

O número médio de empregados da Empresa no exercício de foi de e no exercício de foi de 18.

29.1 - Benefícios pós-emprego.

Nada a referir.

29.2 - Outros benefícios a longo prazo de empregados.

Nada a referir.

29.3 - Benefícios de cessação de emprego.

Nada a referir.

29.4 - Informação acerca do passivo contingente resultante de incerteza sobre o número de empregados que aceitarão a oferta de benefícios de cessação de emprego (salvo se a possibilidade de qualquer efluxo na liquidação for remota).

Nada a referir.

30 - Divulgações exigidas por diplomas legais:

30.1 - A Gerência informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de Novembro.

30.2 - Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, a Gerência informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

30.3 - Nos termos do exigido pelos artº 66ºA do Código das Sociedades Comercias, de seguida apresenta-se os honorários do revisor oficial de contas:

Honorários Faturados pelo Revisor Oficial de Contas	2020			2021		
	Honorários Faturados	Efeitos das Periodizaç.	Soma	Honorários Faturados	Efeitos das Periodizaç.	Soma
Revisão legal de Contas	1.650,00	0,00	1.650,00	1.650,00	0,00	1.650,00
Serviços de Garantia de fiabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consultadoria fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma	1.650,00	0,00	1.650,00	1.650,00	0,00	1.650,00

30.4 - Incentivos Fiscais

Sem Incentivos aplicáveis.

31 - Outras informações:

31.1 - Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2022, foi a seguinte:

Rubrica	2020	2021
Subcontratos	0,00	172,20
Serviços especializados	141.106,01	167.842,08
Materiais	9.488,30	11.235,34
Energia e Flúidos	16.317,43	19.357,39
Deslocações, estadas e transportes	9.029,92	8.167,01
Serviços diversos	53.444,12	48.929,93
Soma	229.385,78	255.703,95

31.2 – Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, foram como segue:

Rubrica	2020	2021
Impostos	16.945,08	20.357,40
Descontos p/p concedidos	2,70	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias...	0,00	0,00
Gastos rest. Investimentos financ.	0,00	0,00
Gastos invest. não financeiros	0,00	0,00
Outros	2.683,79	6.731,89
Soma	19.631,57	27.089,29

31.3 – Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, foram como segue:

Rubrica	2020	2021
Rendimentos suplementares	0,00	0,00
Descontos p/p obtidos	0,72	31,12
Recuperação dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias...	0,00	0,00
Rend. rest. ativos financeiros	0,00	0,00
Rend. invest. não financeiros	9.500,00	1.500,00
Outros	447,12	1.326,71
Soma	9.947,84	2.857,83

31.4 – Juros e gastos similares suportados

Os Juros e gastos similares suportados, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, foram como segue:

Rubrica	2020	2021
Juros suportados	0,00	70,66
Diferenças câmbio desfavoráveis	0,00	0,29
Outros gastos de financiamento	0,00	0,00
Soma	0,00	70,95

31.5 – Juros e gastos similares obtidos

Os Juros e gastos similares obtidos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, foram como segue:

Rubrica	2020	2021
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
Soma	0,00	0,00

A empresa tendo em conta as presentes Demonstrações Financeiras, nos termos do disposto na alínea f) do art. 66 2 do Código das Sociedades Comerciais, propõe que o resultado líquido Positivo de 175.327,92 euros obtido pela sociedade no exercício que terminou em 31 de Dezembro de 2021, pretende distribuir resultados no valor de 87.500 Euros, resultando um valor de 63.437,50 Euros para a sócia Isabel Quitério e 24.062,50 Euros para o sócio José Canas, propondo que o restante valor seja transferido para as Reservas Livres, totalizando um valor de 87.827,92 Euros.

A Gerência

O Contabilista Certificado nº. 2219



Isabel Maria Ramos Quitério

José da Costa Canas



**NOTA DO ANEXO ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021
RELATO FINANCEIRO DOS MEDIADORES DE SEGUROS OU RESSEGUROS**

Código do Corretor de Seguros 617453931/3

"Prestação do Serviço de Mediação de Seguros ou de Resseguros"

para efeitos do Artigo 51 da Norma Regulamentar nº 13/2020-R, de 30 de Dezembro.

a) Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações (2)

O Corretor de seguros reconhece a remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra - embora admita exceções - no exercício da atividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento:

Aquando da prestação de contas às empresas de seguros.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo (4)

Por Natureza	Remunerações (€)	
	Ano n-1	Ano n
Numerário	879.903,07€	964.162,04€
Espécie		
TOTAL	879.903,07€	964.162,04€

Por Tipo	Remunerações (€)	
	Ano n-1	Ano n
Comissões	879.903,07€	964.162,04€
Honorários		
Outras remunerações		
TOTAL	879.903,07€	964.162,04€

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramo "Vida", Fundos de Pensões e conjunto dos ramos "Não Vida", e por origem (5)

Por entidade (origem)	Remunerações (€)					
	Ramos Vida		Ramos Não Vida		Fundos de Pensões	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
Empresas de Seguros	34.021,68€	43273,37€	845.881,39€	908.046,72€	0€	0€
Outros Mediadores	18,98€		89.678,17€	12.841,95€	0€	0€
Clientes (outros)	0€	0€	0€		0€	0€
TOTAL	34.021,68€	43.273,37€	845.881,39€	920.888,67€	0€	0€

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira (6)

Por entidade (origem)	Remunerações (%)	
	Ano n-1	Ano n
Empresas de Seguros	96,13%	98,67%
Outros Mediadores	3,87%	1,33%
Clientes (outros)		
TOTAL	100%	100%

e) Valores das Contas "Clientes" (7)

Contas "clientes"	Valores das Contas "clientes"	
	Ano n-1	Ano n
Início exercício	50.274,09€	61.997,64€
Final exercício	183.825,80€	210.622,00€
Volume movimentado no exercício:		
- A débito (entradas na conta clientes)	569.344,29€	581.243,47€
- A crédito (saídas pagamentos)	553.157,15€	552.056,76€
	-	

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem (8)

Por entidade (origem)	Saldo Contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	628.315,85€	647.589,54€	148.311,36€	156.049,41€
Empresas de seguros	1.491,79€	2457,68€	€	
Empresas de resseguros	0€		0€	
Outros mediadores	0€		0€	
Clientes (outros)	0€		0€	
TOTAL	629.807,64€	650.047,22€	148.311,36€	156.049,41€

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar (9)

Por natureza	Saldo Contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	€		148.311,36€	156.049,41€
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	628.315,85€	647.589,54 €	0€	
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários.	0€		1491,79€	2457,68€
Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar	€		0€	
Outras quantias	0€		0€	
TOTAL	628.315,85€		149.803,15€	158.507,09€

h) Idade das contas a receber vencidas à data do relato (final do exercício) (10)

Contas a Receber	Remunerações (€) <i>Sem aplicação</i>					
	Até 180 dias		até x dias		Mais de 365 dias	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
Sem imparidade						
Com imparidade						
TOTAL						

Fatores considerados na imparidade: Dificuldade ou impossibilidade de cobrança

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito (11)

<i>Sem aplicação</i>	Valor	
	Ano n-1	Ano n
Garantias (caução) / aumentos de crédito		

j) Transmissões de carteiras de seguros (12)

<i>Sem aplicação</i>	Transmissões de Carteiras de Seguros (€)			
	Recebidas		Efetuadas	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
Carteiras de Seguros		0€	0€	0€

k) Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela (13)

<i>Sem aplicação</i>	Indemnizações de clientela (€)	
	Ano n-1	Ano n
Contratos de mediação de seguros cessados		

l) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes (14)

<i>Sem aplicação</i>	Obrigações materiais (€)	
	Ano n-1	Ano n
Obrigações materiais		

Breve descrição: _____

m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma pelo menos 5% do total das remunerações (15.a))

Empresas de seguros	Remunerações Ramo Vida/Não Vida/Fundo de Pensões			
	€		%	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
Lusitania – Companhia de Seguros, SA	258.754,35€	305.588,72€	29,41%	31.69%
Fidelidade – Companhia de Seguros, SA	163.011,31€	165.768,44€	18,53%	17.19%
Generali – Companhia de Seguros, SA	109.513,68€	154.717,78€	12,45%	16.05%
Zurich Insurance PLC Suc. Em Portugal	77.993,22€	58.188,04€	8,86%	6.04%
Caravela – Companhia de Seguros	61.435,92,40€	57.878,86€	6.98%	6%

- n) Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de seguros com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome. [15.b))

<i>Sem aplicação</i>	Valor total dos fundos	
	Ano n-1	Ano n
Transferência de valores (prémios) para Entrega às empresas de seguros em relação às quais o corretor não tem poderes de cobrança		

- o) Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de resseguros com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança (16.a))

<i>Sem aplicação</i>	Valor total dos fundos	
	Ano n-1	Ano n
Transferência de valores (prémios) para entrega aos resseguradores em relação às quais o mediador de resseguros não tem poderes de cobrança		

- p) Valor total dos fundos que foram confiados ao mediador de resseguros pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas (16.b))


<i>Sem aplicação</i>	Valor total dos fundos	
	Ano n-1	Ano n
Transferência de valores (prémios) para entrega às empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador poderes de quitação das quantias recebidas		

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2021

(em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	21	964.162,04	879.903,07
Subsídios à exploração	21	2.702,08	5.010,16
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	31	-255.703,95	-229.385,78
Gastos com o pessoal	29	-426.442,43	-383.368,43
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Outras imparidades (perdas / reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos	31	2.857,83	9.947,84
Outros gastos	31	-27.089,29	-19.631,57
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		260.486,28	-262.475,29
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-24.669,96	-26.565,22
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		235.816,32	235.910,07
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	31	-70,95	0,00
		Resultado antes de impostos	235.745,37
Imposto sobre o rendimento do período		-60.417,45	-59.014,50
		Resultado líquido do período	175.327,92

A Gerência


 Isabel Maria Ramo Antunes
 José da Costa Cavaco

O Contabilista Certificado, nº 2219

